



Jatene quer volta do IPMF para melhorar o caixa da Saúde, muito mais recheado do que ele apregoa

Muito dinheiro para gastar

■ Jatene consegue orçamento gordo e até empréstimos

FABRÍCIO MARQUES

SÃO PAULO — A situação das contas do Ministério da Saúde é menos caótica do que o ministro Adib Jatene apregoa. E o responsável por isso é o próprio Jatene, que obteve um aumento no orçamento do ministério e está conseguindo racionalizar os gastos de sua pasta. O orçamento para este ano é de US\$ 14 bilhões, o mesmo patamar do final do governo Sarney, e o dobro dos US\$ 7 bilhões anuais destinados no governo Collor.

No campo da racionalização dos gastos, uma proeza do ministério foi conseguir diminuir o número de internações hospitalares. Até o ano passado, 13% da população era internada

anualmente, um recorde que embutia fraudes. Hoje, esse contingente baixou para apenas 9% da população, um número mais razoável. Graças a isso, pela primeira vez em muitos anos o número de atendimentos em ambulatórios passou o de internações. Com seu prestígio, o ministro Jatene também deve conseguir um empréstimo de US\$ 5 bilhões com o Banco Mundial que, no prazo de dez anos, poderá ser investido na rede de hospitais públicos.

Se as contas do ministério estão saudáveis como há muito não se vê, qual é então o sentido de ressuscitar o IPMF para destiná-lo ao orçamento de Jatene? Para o pesquisador André Medici, consultor do Instituto de Economia do Setor Público e da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, a volta do IPMF é a solução

política mais simples para que a saúde no Brasil dê um salto de qualidade.

Seu raciocínio é o seguinte: para consertar a situação da saúde, seria preciso mexer no dispositivo constitucional segundo o qual "a saúde é um direito de todos e um dever do Estado". "Essa regra é impraticável e não funciona", diz Medici. "Os países que deram uma solução razoável para a rede de saúde cobram daquelas pessoas que podem pagar e dão saúde gratuita para os mais pobres", diz ele. Como é muito complicado mexer agora na Constituição, num momento em que a agenda de reformas já está lotada, é mais viável trazer o IPMF de volta. Isso ajudaria o ministério a manter um fluxo de caixa regular, enquanto não vêm as reformas do sistema de saúde e na forma de financiá-lo.